

QUESITO N.º 17

Servidor estadual, contando mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço público, requereu e obteve aposentadoria. Dois meses depois, requereu sua volta à atividade.

Pergunta-se:

a) poderia o requerente ser atendido por via de reversão?

b) seria lícito ao Governador revogar o decreto de aposentadoria, sob fundamento da concordância do titular do direito e do interesse da Administração no retorno ao serviço?

QUESITO N.º 18

Clodoaldo trabalhou, como médico de um hospital particular especializado, de janeiro de 1960 a janeiro de 1965. Em seguida, deixou o emprego para assumir, no Estado da Guanabara, sem solução de continuidade, cargo público de médico, em virtude de habilitação em concurso. Em 1966, o referido hospital foi transformado em estabelecimento público, por força de legislação federal. Em 1967, Clodoaldo requereu a contagem, para todos os efeitos, do tempo em que trabalhara no aludido hospital, pedindo, desde logo, a concessão de licença especial.

Existe direito subjetivo a uma, ou a ambas as pretensões?

QUESITO N.º 19

O titular de um tabelionato de notas no Estado da Guanabara, com mais de 20 (vinte) anos no cargo, respondeu, em 1968, juntamente com outros serventuários, alguns deles já estáveis, a processo administrativo, no qual se apurou a responsabilidade de todos os acusados em razão de faltas graves, passíveis da pena de demissão. Submetido o processo à decisão do Governador, foi argüida a aplicação do art. 6.º do Ato Institucional n.º 5.

Indaga-se:

a) cabe a demissão dos acusados com fundamento na legislação estadual?

b) poderá o Governador valer-se, na hipótese, do aludido preceito do Ato Institucional n.º 5?

QUESITO N.º 20

Gérson, Félix e Rivelino foram contratados, sob regime da legislação trabalhista, pela Administração dos Estádios da Guanabara (ADEG), autarquia estadual, o primeiro em 2 de janeiro de 1962, o segundo em 15 de outubro do mesmo ano, e o último em 21 de janeiro de 1965. O contrato de Rivelino previa estabilidade após dois anos de exercício. Félix requereu, em 1964, a averbação de dez meses de serviço militar obrigatório.

Pergunta-se:

a) é livre a dispensa, pela Administração da ADEG, dos empregados citados?

b) o art. 177, § 2.º, da Constituição Federal de 1967 beneficia os mesmos empregados?

6. Prova escrita de Direito Processual

QUESITO N.º 1

Mencionando os vários aspectos relevantes, estabeleça a distinção entre *incompetência absoluta* e *incompetência relativa*, no processo civil.

QUESITO N.º 2

Atendido o chamamento à autoria, fará coisa julgada para o denunciante, que se retirou do processo, a sentença proferida em face do denunciado e da parte contrária.

Justifique a resposta.

QUESITO N.º 3

Eis a conclusão de sentença proferida em executio fiscal para cobrança da importância de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros):

“Pelo exposto, julgo improcedente o pedido e insubsistente a penhora. Condene o Estado ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, fixados em 20% do valor da causa”.

Responda, fundamentadamente:

— Esgotado o prazo para interposição do agravo, sem que a Fazenda Pública recorra, ter-se-á desde logo por insubsistente a penhora?

QUESITO N.º 4

Afirmando o descumprimento, pela Administração, de servidão sobre imóvel público estadual em favor de outro prédio, ajuizou F., proprietário deste, ação de ressarcimento de dano contra o Estado da Guanabara. Em defesa, argumentou o Estado que não existia a alegada servidão; mas o juiz acolheu o pedido de F., sendo a decisão confirmada em grau de recurso.

Posteriormente, propôs o Estado contra F. ação declaratória da inexistência da servidão. A sentença, favorável ao Estado, passou também em julgado.

Volta agora F. a juízo, com ação rescisória da decisão proferida no segundo processo, invocando o disposto no art. 798, n.º I, letra b, do

Código de Processo Civil. Como se deve argumentar, na contestação, para demonstrar que *não ocorre* o caso legal de rescindibilidade?

**QUESITO N.º 5**

Certo funcionário estadual, que é advogado, impetra, em causa própria, mandado de segurança contra ato do Governador. Prestadas as informações, comparece para sustentar oralmente o pedido, na sessão de julgamento, outro advogado, que apresenta procuração outorgada pelo impetrante.

Que preliminar argüiria o candidato, se fôsse o Procurador encarregado do caso?

**QUESITO N.º 6**

Exponha a distinção entre *desistência do processo* e *desistência do direito*, apontando as características e os efeitos de cada uma dessas figuras.

**QUESITO N.º 7**

Servidor do Estado ajuizou contra este ação ordinária, para pleitear benefício que lhe teria sido assegurado por lei. Outros servidores, que se dizem titulares de situação funcional idêntica à do autor, requerem sucessivamente, em três grupos, a sua admissão como litisconsortes ativos, visando à obtenção de igual benefício:

a) o 1.º grupo, depois de saneado o processo, antes da audiência de instrução e julgamento;

b) o 2.º grupo, perante a instância superior, na pendência da apelação interposta contra a sentença que julgara procedente o pedido;

c) o 3.º grupo, já na execução da sentença, confirmada pelo Tribunal.

Diga o candidato como impugnaria, em cada uma das três hipóteses, o pedido de intervenção litisconsorcial.

**QUESITO N.º 8**

Em mandado de segurança impetrado perante o Tribunal Pleno, o Estado da Guanabara argüiu de inconstitucionalidade certa lei, porque infringente de determinado artigo da Constituição Estadual. *Pela diferença apenas de um voto*, foi rejeitada a argüição e concedida a segurança, sem que houvesse recurso.

Posteriormente, contestando ação ordinária proposta com base na mesma lei, suscitou o Estado, em preliminar, a respectiva constitucionalidade, desta vez por violação de outro preceito constitucional. O juiz de 1.ª instância acolheu a preliminar. O autor apelou, e a Câmara, por maioria de votos, deu provimento ao recurso, julgando procedente o

pedido, por entender que não mais podia ser discutida a questão da inconstitucionalidade da lei, em face do anterior pronunciamento do Tribunal Pleno.

Se o candidato fôsse o Procurador incumbido do caso, como recorreria dessa decisão? Que argumentos, resumidamente, apresentaria?

**QUESITO N.º 9**

Por decreto do Governador, foi declarada a necessidade pública de certo imóvel, para a execução de obra incluída no plano a cargo da Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN). Instaurado por essa autarquia o processo judicial de desapropriação, ajuizou por sua vez o dono do imóvel, contra o Estado, ação ordinária para anular o decreto.

Os dois processos foram reunidos para decisão conjunta. Na sentença, que transitou em julgado, acolheu o juiz o pedido do proprietário do imóvel, anulando o decreto; e, em consequência, julgou a SURSAN carecedora da ação expropriatória.

Responda, fundamentadamente:

a) quem há de sofrer a condenação nas custas e honorários de advogado?

b) por que forma será exequível essa condenação?

**QUESITO N.º 10**

Examine as três hipóteses abaixo, todas relativas a processos de *ação cominatória* em que se pede, sob a cominação da multa contratual, o cumprimento de *obrigação de fazer*:

1.ª) feita a citação quando *já vencido* o prazo fixado no contrato para o cumprimento da obrigação, o réu cumpre-a *no decênio* subsequente à citação;

2.ª) feita a citação *antes de vencido* o prazo contratual, de que ainda restavam mais de 10 dias, o réu também cumpre *no decênio* a obrigação;

3.ª) feita igualmente a citação *antes de vencido* o prazo contratual, de que ainda restavam 15 dias, o réu, sem contestar, cumpre a obrigação no 14.º dia do aludido prazo.

Diga, em relação a cada uma das três hipóteses, como se deve proceder e decidir, inclusive no tocante a custas e honorários de advogado, justificando as respostas.

**7. Prova escrita de Direito Constitucional**

**QUESITO N.º 1**

O artigo 171 da Constituição do Estado do Espírito Santo, de 1967, dispõe: